



Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDDI

Ata nº 05/2023

Aos dois dias do mês de maio de 2023, os conselheiros do CMDDI reuniram-se presencial na antiga sede da UNISINOS, sob coordenação da presidente do Conselho, Izabel Oliveira. Loreto da SAS faz a leitura da ata anterior, que posteriormente é aprovada pelos conselheiros. Izabel pede alteração da ordem das pautas justificando a presença da Lisiane – gestora do Fundo da pessoa idosa, devido agenda e inicia com a quinta pauta “ **Diagnóstico Socioterritorial**”. Lisiane sinaliza que as instituições da sociedade civil se manifestaram em não ter interesse em concorrer ao edital para a realização do diagnóstico socioterritorial e explica o processo para que ocorra na legalidade, pode-se fazer por duas formas com o fundo especial. Repassa o valor para uma instituição credenciada no CMDDI ou então abre-se uma licitação que foi acordada ser a ALUREU. Lisiane esclarece que desde 2021 este diagnóstico já vem sendo pauta das plenárias, tanto que a mesma escreveu uma proposição que nunca foi apresentada no CMDDI. Lisiane continua explicando que através da licitação pode ser que seja deserta. Em conversa com a mesa Diretora acha melhor deixar dentro da Instituição que está comprometida com a pessoa idosa e além do mais vai ser monitorada pelo CMDDI. Ressalta que ALUREU se colocou a disposição para a construção e a Lisiane estará junto realizando o monitoramento, o Secretário Fábio tem um comprometimento muito grande com a Política da Pessoa Idosa e deseja que avance esta etapa. Lisiane explica como foi pensado a realização deste diagnóstico mas pontua que ainda não temos os dados do IBGE atualizados. Lisiane entrou em contato com o IBGE e o prazo estipulado para apresentar os dados será junho. Desta forma o projeto pretende contemplar as informações através do cadastro único, as instituições que atuam com a pessoa idosa aqui no município, com a saúde e demais informações que poderão contemplar a plenitude destes dados. O projeto almeja trazer encontros junto aos territórios para dialogar com a população idosa, para dar voz. Para realizar o diagnóstico e construir outras Políticas para a população idosa os dados são primordiais. O que se projetou foi oito meses de projeto, iniciando provavelmente em julho. Corete sinaliza dois pontos apresentados pela Lisiane, destacando que a licitação teria sido solicitada pelos conselheiros para compor a transparência de todo o processo porque é recurso do fundo. Primeiro ponto na plenária ocorrida na Câmara de Vereadores o Secretário Fábio se comprometeu em fazer o edital, mesmo que seja deserto é importante, ou seja, estamos dando oportunidade para que outras entidades possam se candidatar. Corete fala do novo decreto que saiu o nº 11483, destaca que para o uso do recurso do fundo, entidades que recebem o recurso do fundo não podem concorrer a cargo no CMDDI, e segundo sua interpretação referente a nova Lei, Corete acha que para o processo eleitoral, a entidade que estiver dentro do Conselho, não poderá ser beneficiado com o recurso. Lisiane destaca que a Lei do fundo é a nº 13.019 dentro do município mesmo que for um edital, pode sair do recurso do fundo e pode fazer um chamamento público, sendo também transparente porque todo o processo será publicado no Portal do Município para ser compartilhado. Ambos são regularizados por lei, e são fiscalizados pelo Ministério Público e Tribunal de Contas, sendo assim se for para ALUREU terá transparência e fiscalização. Corete fala que tem que haver um chamamento, Lisiane acrescenta que a Lei 13.019 permite o chamamento público, para tal as instituições que poderiam ser contempladas, devem abrir mão. Letícia diz que a votação ocorre através da plenária e no

49 momento que apenas uma Instituição se coloca a disposição ocorre a votação via
50 conselheiros. Lisiane acrescenta que a partir da aprovação da instituição via conselho o
51 Secretário Fábio faz uma justificativa pelo jurídico, sendo após publicado no DOU – Diário
52 Oficial dos Municípios. O recurso do fundo pode ser disponibilizado apenas para OSCs
53 cadastradas, ou abre-se uma licitação para outras que já sejam credenciadas. Corremos o
54 risco de abrir uma licitação e ser deserta, isso vai adiar a realização do diagnóstico. Silvana diz
55 que fez um e-mail institucional abrindo mão da realização do diagnóstico em nome do Pró-
56 Maior. A demora da realização do diagnóstico é preocupante porque dependemos dele para
57 o envio de projetos. Lisiane continua explicando toda a transparência que o chamamento
58 tem. Após é emitido um parecer com cinco tópicos dizendo se está apto e ao final é assinado
59 pela gestão do fundo, no caso a Lisiane. Izabel acrescenta que a própria instituição emite um
60 documento onde ela declara que não deve prestações de contas para o município. Izabel
61 compartilha que a Sthil sinalizou que está enviando recurso para fora do município porque
62 não encontrou projetos para pessoa idosa ligado à saúde dentro do município. Izabel
63 continua a dizer que é uma oportunidade de realizar novos projetos e mobilizar outras
64 empresas que possam apoiar e contribuir com o fundo. Corete sugere que as ILPIs necessitam
65 de ajuda para poder se adequar e buscar recursos e Lisiane fala que sempre esteve a
66 disposição das ILPIs. No entanto as entidades precisam enviar a documentação, como
67 iniciativa. Lorete sugere que o Conselho se coloque a disposição em chamar as ILPIs para
68 dentro do CMDDI, acolher e ajudar na construção e entedimento do papel do conselho.
69 Leticia pergunta se em São Leopoldo temos alguma ILPI sem fins lucrativos para poder captar
70 recurso? Joice do Lar Renascer sugere mais divulgação quanto as plenárias do CMDDI, uma
71 vez que achou que as plenárias estavam suspensas desde a pandemia. Segundo ponto diz
72 respeito a documentação exigida para cadastrar a ILPI no CMDDI, lastima que ainda não
73 tenha inscrição da sua instituição no conselho porque a documentação foi pensada apenas
74 para as instituição sem fins lucrativos, não sendo pensada para uma instituição particular.
75 Compartilha que já tentou responder ao formulário juntamente com o suporte jurídico, o
76 que não obteve avanço para o encaminhamento. Fato que impede sua vinculação junto a
77 Conselho. Lisiane fala que a Lei 13019, para o repasso do fundo tem que estar dentro dos
78 critérios, ou seja a instituição deverá se adequar a Lei com auxílio jurídico para fazer a
79 separação onde tenha fins lucrativos desde que ocorra adequação com o artigo segundo.
80 Lisiane segue com a leitura da proposta e pergunta se tem alguma sugestão e se estão de
81 acordo. Lorete pontua: o mapeamento, a rede que existe de proteção, as violações de
82 direitos, estão incluindo nos objetivos e Corete pontua o prazo de entrega do diagnóstico.
83 Lisiane diz que o orçamento da proposta anterior não contemplava o valor da gráfica e
84 pergunta se a devolutiva será via ebook e ao final uma escrita para ser compartilhado
85 virtualmente? Sinaliza que a escrita visual e impressa é fundamental para a população idosa.
86 Só que o valor estipulado há dois anos, não condiz com o valor atual para a reprodução da
87 gráfica. Corete sugere fazer um levantamento que contemple tudo que desejamos que seja
88 realizado neste diagnóstico e relizar os orçamentos. Izabel segue com a terceira pauta, **a Casa**
89 **dos Conselhos**. Corete apresenta a colega Márcia que passará no CMDDI. Izabel pergunta se
90 ela será Conselheira, Corete fala que será suplente e segue compartilhando a importância
91 dos Conselhos terem um local em comum para que ocorram as plenárias. Silvana pergunta
92 quais conselhos, será que não ocorrerá um congestionamento de agenda? Leticia argumenta
93 se teremos conselheiros para ficar disponíveis na casa em plantões. Acrescenta que todos(as)
94 não teriam agenda para disponibilizar. Airton pergunta quantos conselhos tem no município,
95 Corete diz que achou 28. Loreto sugere fazer um levantamento e mapear. Izabel destaca que
96 buscará informações efetivamente quais os conselhos atuantes no município para seguir a
97 discussão da casa dos Conselhos. Izabel passa para a quarta pauta: **Semana da Longevidade,**

98 Corete elaborou um pré-projeto e será encaminhado para pensarmos ações, iniciando 26 de
99 setembro e encerrando dia 03 de outubro com uma sessão de solenidade na Câmara de
100 Vereadores e o CMDDI. Silvana pergunta as datas apresentadas foram sugeridas? Ou já foram
101 aprovadas. Corete diz que trouxe como sugestão. Silvana lembra que o dia nacional da pessoa
102 idosa é 27 de setembro e o dia Internacional dia 01 de Outubro, geralmente trabalhamos
103 para que contemple as duas datas. Airton compartilha que 27 de setembro cairá na quarta-
104 feira e 01 de outubro será em um domingo. Izabel pontua que no evento do ano passado em
105 algumas palestras tivemos pouca adesão e que os grupos devem apoiar e participar das
106 atividades. Airton pede o comprometimento de todas as instituições. Lorete sugere que
107 entre na programação ações que possam promover um olhar para os técnicos que atuam
108 com a pessoa idosa. Gicela concorda com a fala da Corete e acrescenta que seria
109 interessante colocar junto uma temática que contemple as ILPIs, chamar todas para uma
110 capacitação e mostrar o papel no conselho. Joice argumenta que na gestão da Marivone as
111 ILPIs tinham curso de capacitação na UNISINOS, no Ministério Público e no Lar Moriá. Gicela
112 sugere iniciar a semana no dia 25/09 e encerrar no dia 30/09 com uma semana de ações para
113 as pessoas idosas e quem atua com a população. Convidar outros conselhos, como por
114 exemplo CMDDI de NH para compartilhar sua experiência. Loreto considerando que o
115 Governo não consegue promover a educação permanente e que temos tantas demandas
116 para contribuir é necessário um espaço que acolha e que lá na ponta a pessoa idosa seja
117 atendida devidamente e que contemple seus direitos e a semana da longevidade é
118 fundamental para proporcionar estas formações. Silvana solicita os nomes para compor a
119 comissão e pede comprometimento das ações e demandas para que aconteçam. E que o
120 projeto seja logo enviado para a Lisiane para que ela possa solicitar o recurso do fundo.
121 Comissão: Airton, Corete, Silvana, Juliana. Izabel segue a pauta **“Comissões permanentes”**
122 pede para as comissões apresentarem seus relatos. Maria Rita fala que a Comissão de Projetos
123 estava sem a presença da secretaria de esportes e que agora comporá o Cristiano e desta
124 forma a comissão se reunir e analisar as propostas pendentes. Quanto ao projeto da ALUREU,
125 Izabel sugere uma plenária para agilizar a aprovação. Izabel segue para a sétima pauta:
126 Eleição da representação da sociedade civil, a partir da comissão composta por Corete,
127 Silvana e _____. Silvana relata que repassou para a Corete toda a documentação para ser
128 editada e atualizada e alerta que as instituições deverão apresentar novamente a
129 documentação exigida para renovação das entidades. A partir da comissão de avaliação as
130 entidades estarão aptas a concorrer. **Para próxima plenária** Silvana sugere ver com a Luciane
131 qual data podemos proclamar para a realização. Gicela questiona que a Habitação está sem
132 representante porque a Jussara está na SAS. Temos o conselheiro da habitação que integra
133 uma comissão, temos que atualizar as representações através de ofício. Gicele pergunta se a
134 Comissão do fluxo de rede irá se reunir na próxima semana, Izabel justifica que a Luciane não
135 pode enviar o email solicitando para as secretarias o seus fluxos. Portanto será adiada a
136 reunião da comissão que é composta por Maria Rita, Gicela, Letícia, Loreto, Izabel e Silvana.
137 Vamos aguardar o retorno da Luciane, secretária dos conselhos e desconsiderar a data 09/05
138 e reagendar. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a plenária. Ata registrada por Silvana
139 Bianchi – UNISINOS/PROMAIOR .